

Eleições Funpresp 2014

Participantes vão escolher representantes no final de outubro

Em poucos dias, os participantes e assistidos da Funpresp poderão eleger os novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, mais dos Comitês de Assessoramento Técnico dos Planos ExecPrev e LegisPrev. As eleições ocorrerão durante três dias, iniciando às 9 horas do dia 29 e encerrando às 18 horas do dia 31 de outubro. A votação será online na área exclusiva do participante, na página da Funpresp.

É importante que os participantes façam o cadastro na área exclusiva do participante no site da Funpresp. Para o primeiro acesso, é preciso informar o CPF, data de nascimento e nome da mãe para criar o login e senha. Em caso de inconsistências de dados, é preciso encaminhar as informações solicitadas para: saladoparticipante.cadastro@funpresp.com.br para conferência.

Saiba como votar

Na página da Funpresp (www.funpresp.com.br), o participante deve acessar o link “Área Exclusiva do Participante” e fazer o login, se identificando com o CPF e senha. Após a autenticação, o participante deverá clicar no link “Eleições Funpresp 2014 Vote Aqui”. O próximo passo é se inteirar das instruções sobre a votação, na tela seguinte, com a indicação de “Votar”.

Primeiramente, aparecerão as duas chapas concorrentes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal: 1 Futuro e 3 Gestão e Transparência. Os participantes poderão clicar sobre uma das chapas e “Votar”, ou

Este será o primeiro Processo Eleitoral para a gestão compartilhada da Funpresp. Estão inscritas quatro chapas: a chapa 1 (Futuro) e a chapa 3 (Gestão e Transparência) concorrem para Conselhos Deliberativo e Fiscal. A chapa 2 (Unidade) concorre para o Comitê de Assessoramento Técnico LegisPrev e a chapa 4 (Transparência e Gestão) para o Comitê de Assessoramento Técnico do ExecPrev. As propostas e currículos podem ser conhecidos nas próximas páginas.

São 4.767 participantes e assistidos aptos a votar, servidores de diversos ministérios e órgãos vinculados, fundações e autarquias federais, além de servidores do Legislativo Federal. Para ter direito a votar, o servidor deve ter aderido a um dos planos de benefícios da Funpresp - ExecPrev ou LegisPrev - até 29/07/2014.

selecionar “Branco” ou “Nulo”. Em caso de mudança da escolha, há a opção “Corrige”.

O próximo passo é votar na chapa do Comitê de Assessoramento Técnico. Há apenas uma chapa concorrendo para cada plano. Os participantes visualizarão apenas a sua chapa correspondente, ExecPrev ou LegisPrev. Será possível “Votar” na chapa ou clicar em “Branco” ou “Nulo”. Após as escolhas, será apresentado um resumo, bem como o comprovante de votação, que será encaminhado para o endereço eletrônico do participante.

**Participe das Eleições da Funpresp.
De 29 a 31 de outubro de 2014.**

**Vote pela área de acesso
exclusivo do Participante.**

www.funpresp.com.br



**Eleições Funpresp
2014**

Conheça as propostas e candidatos das chapas inscritas

Chapa Nº 01



PROPOSTAS

Não possuímos qualquer vinculação partidária ou com movimento sindical. Somos formados por servidores e servidoras que dependerão exclusivamente da Funpresp para compor a aposentadoria. Nossas propostas têm o intuito de manter a independência da gestão e compromisso exclusivo com os participantes. Nesse sentido, propomos:

- Manter a independência nas decisões de investimento. A gestão dos recursos deve sempre estar alinhada aos interesses dos participantes e não a grupos de interesses diversos.
- Seleção dos próximos membros da Diretoria Executiva por meio de processo transparente e meritocrático e de edital público, nos moldes da escolha para Diretor de Administração da Funpresp-Jud (<http://www.funprespjud.com.br/arquivos/edital11-2014.pdf>).
- Estudo para fixação de uma meta atuarial para os investimentos de, pelo menos, INPC + 4,5% + delta (fator de correção de acordo com a variação da taxa de juros).
- Melhorar no “instituto resgate” a fim de permitir resgate de até 100% da reserva individual da parte do patrocinador (hoje limitado a 70% após 24 anos de contribuição).
- Planejar uma redução gradual na taxa de carregamento (hoje de 7%), a qual é muito maior que a média dos fundos de pensão.
- Renegociar a taxa de administração dos recursos no Banco do Brasil, a qual corresponde a 400% da taxa cobrada pela Caixa Econômica Federal.
- Melhorar transparência: o extrato do plano no site da Funpresp está com uma defasagem de 6 meses.
- Permitir adequação dos investimentos ao perfil de risco do participante (suitability): disponibilizar opção para escolha de perfil de risco para o participante: Conservador, Moderado, Arrojado ou Ciclo de Vida (o qual acompanha a idade do participante, ajustando os percentuais de renda fixa e variável ao longo do tempo).
- Implementar operações de crédito com participantes (empréstimo pessoal e financiamento imobiliário) com desconto em folha. Isso rentabiliza os investimentos da Funpresp e é vantajoso para os participantes.

Conselho Deliberativo

Eric Lisboa Codô Dias

Ministério da Fazenda

(Conselheiro Titular 1 do CD – mandato de 4 anos)

Economista (UFMG), possui MBA em Gestão Estratégica. É Analista de Finanças e Controle e, entre outras atribuições, realiza orientação técnica e avaliação dos representantes do Tesouro Nacional em Conselhos Fiscais. Analista de Políticas Sociais do Ministério da Saúde de 2013 a 2014. Funcionário do Banco do Brasil de 2008 a 2013,



atuou no segmento Private - Gestão de Fortunas. Possui Certificação Profissional Avançada - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Marcelo Rodrigues Calil

Ministério da Fazenda

(Conselheiro Suplente 1 do CD – mandato de 4 anos)

Engenheiro Elétrico, pós-graduado em Economia de Empresas e MBA em finanças pela FGV/SP, experiência de doze anos em empresas multinacionais dos setores automobilístico e bens de consumo, ocupa atualmente o cargo de Analista de Finanças e Controle na Secretaria do Tesouro Nacional.



Débora Costa Roque

Ministério da Saúde

(Conselheiro Titular 2 do CD – mandato de 4 anos)

Sou Débora Costa Roque, tenho 27 anos, formada em Ciências Econômicas pela UFMG e, atualmente, cursando pós-graduação em Economia da Saúde pela USP. Como Analista Técnica de Políticas Sociais, trabalho no Ministério da Saúde desde julho de 2013, quando me mudei para Brasília, lotada no Departamento de Economia da Saúde da Secretaria



Executiva desde setembro do mesmo ano. Antes de ingressar no serviço público, trabalhei no setor bancário em Belo Horizonte e como gerente de uma pequena empresa.

André Felipe Soares de Alcântara

Ministério da Saúde

(Conselheiro Suplente 2 do CD – mandato de 4 anos)

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e mestrado em andamento na área de Economia Regional do Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Como Economista, trabalho atualmente no Ministério da Saúde, no Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento. Anteriormente, trabalhei como



gerente de departamento de materiais em uma entidade privada e com docência assistida durante a carreira acadêmica.

Maria Lucia Ferreira
Ministério da Educação

(Conselheiro Titular 3 do CD – mandato de 2 anos)

Doutora em Filosofia pela UFMG (2001). Analista de Políticas Sociais do MEC (2013- atual). Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG (2013). Coordenadora, Professora e Pesquisadora de Instituições de Ensino Superior (2000 a 2012). Ampla produção técnica e didática, com publicações de livros e artigos científicos. Recebeu a

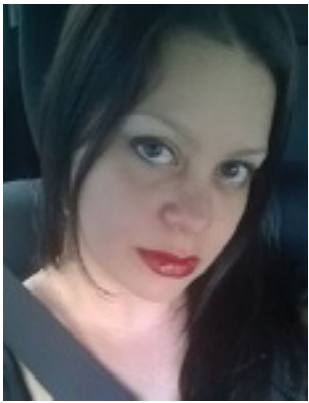


Medalha Helena Antipoff (2011). Experiência nas áreas de Gestão, Pesquisa e Ensino de História e Filosofia. Fluente na língua inglesa e vivência no exterior.

Renata Simplício Xavier
Ministério da Educação

(Conselheiro Suplente 3 do CD – mandato de 2 anos)

Graduada em Pedagogia pelo IESB em 2012 e licenciada como Professora Internacional de Inglês pelo King George International College, no Canadá, atuou em diferentes tipos de escolas ao longo da sua formação, onde criou grande paixão pela causa educacional. Hoje, como Analista Técnica de Políticas Sociais do Ministério da Educação, atua no desenvolvimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico



e Emprego – Pronatec, como parte da sua equipe de gestão.

Conselho Fiscal

Rafael Lapa Santos Bezerra

Tribunal de Contas da União

(Conselheiro Titular 1 do CF - mandato de 4 anos)

Rafael Lapa Santos Bezerra é Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. É advogado e trabalhou na área de direito empresarial, administrativo e tributário, em Recife/PE e São Paulo/SP. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tendo



cursado o curso de Pós Graduação em Direito Corporativo pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

Roberta Mallab Coscarelli

Tribunal de Contas da União

(Conselheiro Suplente 1 do CF – mandato de 4 anos)

Trabalhei como engenheira de automação na área industrial por cerca de cinco anos. Posteriormente, atuei como empresária da iniciativa privada por cinco anos, me dedicando principalmente na área de gestão administrativa e financeira. Atualmente, ocupo o cargo de Auditora Federal de Controle Externo, no Tribunal de



Contas da União.

Iara Azevedo Vittelli Viana

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(Conselheiro Titular 2 do CF – mandato de 2 anos – Presidente)

Economista (UFMG), possui mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE, atua na área de monitoramento e avaliação econômica de políticas educacionais. Atualmente é Analista Técnica de Políticas Sociais no MDS, ocupando o cargo de Coordenadora substituta de Integração e Análise de Informações do



DECON/SENARC. Coordenadora de monitoramento e avaliação de políticas educacionais estratégicas do Governo de MG pelo Escritório de Prioridades Estratégicas 2012-2013.

Diego Luiz Souza Martins

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(Conselheiro Suplente 2 do CF – mandato de 2 anos)

Economista (UFBA). É Analista Técnico de Políticas Sociais na Senarc/MDS. Desenvolve atividades com informações do Cadastro Único para os Programas Sociais, elaboração de relatórios que auxiliam programas, estudos, monitoramento e identificação de beneficiários. Funcionário da Caixa Econômica Federal de 2010 a 2013, exerceu funções nos setores de Habitação e



Gestão da Rede de Correspondentes Bancários.

Chapa Nº 02



PROPOSTAS

Objetivo na Gestão: Defender o interesse do servidor do Tribunal de Contas da União, Senado Federal e Câmara dos Deputados na gestão do seu fundo de previdência complementar, em especial do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – LegisPrev.

A Chapa Unidade – n.º2, possui amplo apoio das entidades de classe, representação paritária proporcional, geograficamente distribuídos, e, candidatos com comprovada capacitação técnica, acadêmica e experiência profissional em gestão. Suas propostas são:

- Garantir a representação dos Comitês de Assessoramento;
- Criar mecanismos de governança que mitiguem os riscos inerentes à gestão do Plano LegisPrev, impedindo conflitos de interesse com o patrocinador;
- Implementar a estabilidade dos Comitês de Assessoramento eleitos, de modo que eles não sejam exonerados exclusivamente pelo patrocinador;
- Efetivar a opção por Perfil de Investimento do participante, conforme previsto no Regulamento;
- Exigir que os Conselheiros e membros de Comitê indicados pelos patrocinadores sejam, obrigatoriamente participantes do Funpresp;
- Aumentar a divulgação e transparência do Fundo, atraindo novos participantes;
- Desenvolver uma Gestão Participativa através de Assembleias com os participantes para definição da agenda;
- Promover reavaliações periódicas a fim de diminuir as taxas administrativas;
- Manter uma estrutura enxuta, evitando desperdício; Instituir a paridade participante-patrocinador na indicação dos diretores do fundo, reservando aos participantes a indicação do diretor-presidente;
- Zelar pela diversificação dos investimentos, reduzindo o risco;
- Garantir acesso à composição da carteira e às políticas de investimento;
- Implementar melhorias no sistema de prestação de contas aos participantes;
- Assegurar ao participante o fácil acesso e a ampla compreensão dos extratos;
- Divulgação das atas de reunião dos colegiados;
- Melhorar a comunicação com os participantes (simuladores, rentabilidade, etc.).

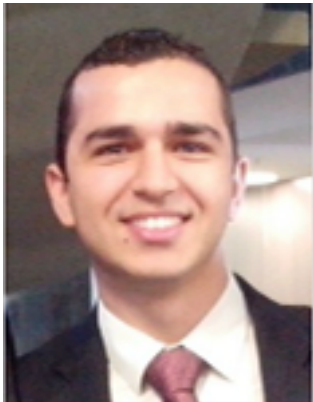
Candidatos

Paulo Wanderson
Moreira Martins

Tribunal de Contas da União

(Membro Titular 1 – mandato de 4 anos)

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. É graduado em Direito (UnB), em Ciências Contábeis (UCDB) e em Gestão Financeira pela (UNISUL). Pós-graduado em Gestão de Finanças Públicas (UNISUL). Trabalhou na Auditoria-Geral da Caixa Econômica Federal, onde também exerceu a função



de Instrutor da Universidade Corporativa CAIXA. Foi servidor do Banco do Brasil e Professor na UNISUL. Tem experiência na área financeira, contábil, jurídica, previdenciária e atuarial.

João Marcelo Nogueira
Tavares

Tribunal de Contas da União

(Membro Suplente 1 – mandato de 4 anos)

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, lotado na Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá. É graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduando em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Pós-graduando em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pelo Centro Universitário Internacional.



Rodrigo de Andrade
Moreira

Câmara dos Deputados

(Membro Titular 2 – mandato
de 2 anos)

Analista Legislativo da
Câmara dos Deputados. É
graduado em Administração e
pós-graduado no MBA Execu-
tivo pela COPPEAD/UFRJ.
Iniciou sua carreira profissional
implementando Sistemas de
Gestão da Qualidade para
certificação ISO-9000. Atuou
também nas áreas de
Recursos Humanos, de
Planejamento Estratégico e
de Marketing no segmento



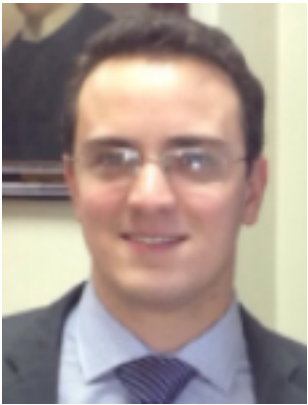
de telecomunicações e
na área financeira.
Trabalhou na Caixa
Seguros, atuando nos
ramos seguros patrimo-
niais, consórcios, capi-
talização e previdência.

Renon Pessoa
Fonseca

Câmara dos Deputados

(Membro Suplente 2 -mandato
de 2 anos)

Analista Legislativo da Câmara
dos Deputados. É graduado,
mestre e doutorando em
Direito pela Universidade
Federal de Minas Gerais.
Professor do curso de graduação
em Direito do Centro Universitário
de Brasília (Uni-CEUB). Tem
experiência profissional em
Direito Constitucional e Direito
Parlamentar, e acadêmica nas
áreas de Teoria e Filosofia do
Direito e do Estado.



Wagner Costa
Guimarães

Senado Federal

(Membro Titular 3 – mandato
de 2 anos)

Analista Legislativo do
Senado Federal. É gradua-
do em Ciência da Com-
putação pela Universidade
Federal do Maranhão –
UFMA. Atua, desde 1988,
em projetos, desenvolvi-
mento e implantação de
soluções de tecnologia da
informação para principais
plataformas e principais
banco de dados. Atua
também no desenho, suporte
e administração da infraestru-



tura de hardware e
software necessários às
redes de computadores,
sistemas operacionais,
segurança de infor-
mações e banco de
dados.

Pedro Fernando
Almeida Nery Ferreira

Senado Federal

(Membro Suplente 3 – manda-
to de 2 anos)

Consultor Legislativo do
Senado Federal. É graduado
em Ciências Econômicas
(UnB), com período sanduíche
na Università degli Studi di
Siena. É Mestre em Economia
(UnB). Foi agraciado com o
Edgardo Buscaglia Award on
Empirical Research in Law and
Economics (2013), conferido
pela Associação Latino Ameri-
cana e Ibérica de Direito e
Economia (ALACDE). Possui
interesse em análise econômi-



ca do direito, previdên-
cia social, economia do
trabalho e economia do
setor público.

Chapa Nº 03



PROPOSTAS

Objetivo na Gestão: Defender o interesse do servidor na gestão do seu fundo de previdência complementar.

A Chapa Gestão e Transparência, Chapa 3, possui amplo apoio das entidades de classe, representação paritária proporcional ao número de participantes, geograficamente distribuídos, e, candidatos com comprovada capacitação técnica, acadêmica e experiência profissional na gestão. Suas propostas são:

Medidas de gestão

- Criar mecanismos de governança que mitiguem os riscos inerentes à gestão dos planos de benefício, impedindo conflitos de interesse com o patrocinador; Efetivar a opção por Perfil de Investimento do participante, conforme previsto no Regulamento;
- Garantir a representação dos Comitês de Assessoramento;
- Implementar a estabilidade dos Comitês de Assessoramento eleitos, de modo que eles não sejam exonados exclusivamente pelo patrocinador;
- Exigir que os Conselheiros indicados dos patrocinadores sejam, obrigatoriamente, participantes do Funpresp;
- Aumentar a divulgação do Fundo, atraindo novos participantes;
- Desenvolver uma Gestão Participativa através de Assembleias com os participantes para definição da agenda;
- Promover reavaliações periódicas a fim de diminuir

as taxas administrativas;

- Manter uma estrutura enxuta evitando desperdício; Instituir a paridade participante-patrocinador na indicação dos diretores do fundo, reservando aos participantes a indicação do diretor-presidente;

- Zelar pela diversificação dos investimentos, reduzindo assim o risco.

Transparência

- Garantir acesso à composição da carteira e às políticas de investimento;
- Implementar melhorias no sistema de prestação de contas aos participantes;
- Assegurar ao participante o acesso simplificado e a ampla compreensão dos extratos; Divulgação das atas de reunião dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- Melhorar a comunicação com os participantes (simuladores, rentabilidade, IR, benefício programado etc.).

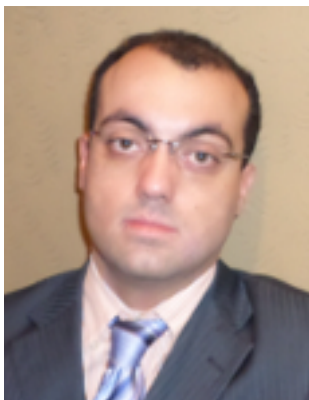
Conselho Deliberativo

Thiago Feran Freitas Araújo

Agência Nacional de Aviação Civil

(Conselheiro Titular 1 do CD – mandato de 4 anos)

Especialista em Regulação da ANAC, lotado na Gerência de Concessões. Graduado em Administração de Empresas (UNB) e em Direito (Uni-CEUB). Pós-graduado em “Direito, Estado e Constituição” e em “Direitos Indisponíveis”. Autor do artigo “Os Principais Ganhos Obtidos com a LRF e a Classificação do Distrito Federal nessa Lei” – R.



Jurídica Fortium, A. IV N3 2010. Trabalhou na Câmara dos Deputados (2005), Pallazzo e Nogueira (2007-08), advogado autônomo (2010-13) e instituição multinacional (2013-14)

Joaquim Ignacio Alves de Vasconcelos e Lima

Banco Central do Brasil

(Conselheiro Suplente 1 do CD – mandato de 4 anos)

Analista do Banco Central do Brasil, lotado no Departamento de Regulação Macroprevidencial e Cambial. Graduado em Engenharia Elétrica pela UFMG, Mestre em Economia pela UnB. Trabalhou na Agência Nacional de Telecomunicações e no Serviço Federal de Processamento de Dados.

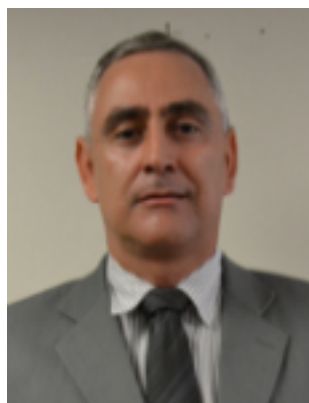


André Nunes

Fundação Universidade de Brasília

(Conselheiro Titular 2 do CD – mandato de 4 anos)

Doutor e Mestre em Economia pela UNB. Especialista em Administração Financeira e Mercado de Capitais pela FGV. Professor Adjunto de Orçamentação e Finanças Públicas e Administração Financeira no Mestrado em Gestão Pública da UNB. Possui vasta experiência na gestão orçamentária, financeira, contábil e de investimentos de Fundos de Governo: Fundo Nacional de Aviação Civil,



Fundo do Exército e Fundo de Saúde do Exército. Foi membro do Conselho Fiscal da INFRAERO e Conselheiro do CORECON/DF.

Jairo Alfredo Genz Bolter

Universidade Federal do Pampa

(Conselheiro Suplente 2 do CD – mandato de 4 anos)

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS), Mestre em Desenvolvimento (UNIJUI) e Doutor em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). É Docente junto à UNIPAMPA, onde também atuou por um ano junto ao CNTIC. Já foi Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Centro Acadêmico Jaime Caetano



Braun; Membro da Coordenação Estadual dos Estudantes da UERGS. Foi Assessor de Política Agrícola e Ambiental da FETRAFSUL.

Daniel Pulino

Advocacia Geral da União

(Conselheiro Titular 3 do CD – mandato de 2 anos)

Procurador Federal (cargos ocupados: Diretor Jurídico da SPC / MPS, Proc. – Chefe PREVIC, Conselheiro Câm. Recursos Prev. Compl. – CRPC). Graduado em Direito pela USP, Mestre e Doutor em Direito Previdenciário pela PUC/SP. Professor de Direito Previdenciário da PUC/SP (Graduação, Pós-Graduação stricto sensu e Especialização). Autor do livro



“Previdência Complementar: Natureza Jurídico-Constitucional e seu Desenvolvimento pelas Entidades Fechadas”.

Geraldo Pereira da Silva Filho

Controladoria Geral da União

(Conselheiro Suplente 3 do CD – mandato de 2 anos)

Analista de Finanças e Controle na Controladoria-Geral da União. Atua na Coordenação de Sistemas de Informação da Diretoria de Sistemas de Informação, vinculada à Secretaria Executiva. Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Amazonas.



Conselho Fiscal

José Márcio Ribeiro da Costa

Câmara dos Deputados

(Conselheiro Titular 1 do CF – mandato de 4 anos)

Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, com MBA em Marketing Político pelo Cenape / University George Washington. Possui larga experiência em processos fiscalizatórios e orçamentários. Foi assessor técnico nas comissões de Finanças e Tributação, Comissão de Fiscalização, Financeira e Controle, Comissão de Orçamento e Comissões



Parlamentares de Inquérito. É Secretário Geral do Sindilegis e cursa na Unicamp / Perseu Abramo Pós-Graduação em Gestão Pública Estratégica.

Eduardo Toledo da Silva

Ministério da Fazenda

(Conselheiro Suplente 1 do CF – mandato de 4 anos)

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, formado em Engenharia de Produção-Materiais e Direito (aprovado OAB), especialista em Mercado Financeiro (USP-FIA/FEA) e Gestão Fazendária (PDFAZ-ESAF). Foi membro da Comissão do Orçamento do Sindifisco Nacional e do Conselho Fiscal (Sindifisco Nacional-AM). Foi presidente do Sindifisco Nacional-AM (2011-2013). Aprovado como Inspetor da CVM. Experiência



na gestão de Planos de Aposentadoria Complementar em banco.

Marcelo Levy Perrucci

Controladoria Geral da União

(Conselheiro Titular 2 do CF – mandato de 2 anos – Presidente)

Analista de Finanças e Controle na Controladoria-Geral da União. Atua na Coordenação de Governo Aberto e Transparência da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção. Graduado em Comunicação Social pela FEBASP de São Paulo.



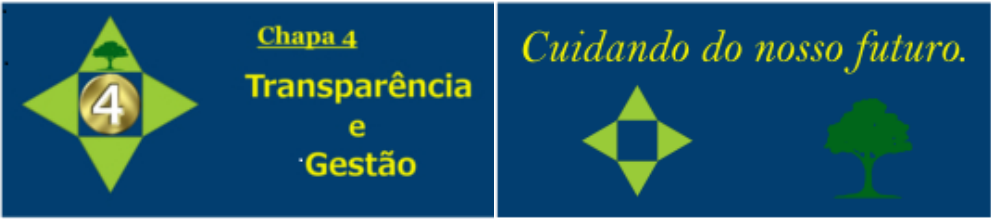
Leonardo Formiga Larrossa

Controladoria Geral da União

(Conselheiro Suplente 2 do CF – mandato de 2 anos)

Graduado em Ciência Política e graduando em Direito pela UnB. Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Atua como assessor no gabinete da Diretoria de Auditoria na Área de Produção e Tecnologia da Secretaria Federal de Controle Interno, responsável por auditar os Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Comunicações, Esporte, Turismo e Cultura.





PROPOSTAS

Analisar a carteira de investimentos da Funpresp nos aspectos de rentabilidade, risco e liquidez;

Propor metodologias de avaliação do desempenho dos fundos de investimento nos quais os recursos são aplicados;

Analisar o desempenho dos gestores;

Sugerir ao Conselho Deliberativo novas modalidades de aplicação de recursos com boa relação retorno / risco.

Candidatos

Bolivar Godinho de Oliveira Filho
Universidade Federal de São Paulo

Membro titular 1 (mandato de 4 anos)

Economista com pós-graduação em Finanças pela FGV-SP, mestrado em Administração pela PUC-SP e doutorado em Finanças pela FEA-USP. Atualmente é professor de Finanças da Unifesp – Universidade Federal de São Paulo, campus Osasco. Experiência de 33 anos no mercado financeiro nas áreas de Tesouraria, Corretora de



Valores e Gestão de Fundos de Investimento. Ex-Diretor de Asset Management nos Bancos Noroeste, Fibra e BMC. Atuação por quatro anos como especialista em investimentos no Banco Itaú.

Felipe Albino Rodrigues
Receita Federal do Brasil

Membro suplente 1 (mandato de 4 anos)

É Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, lotado no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. Formado em Tecnologia da Informação pela Universidade Paulista, com pós-graduação em Gerenciamento de Projetos pela FGF. Foi servidor do Banco do Brasil por 9 anos, passando pelas áreas financeiras, TI e auditoria. Foi certificado pela



ANBIMA nas categorias CPA-10 e CPA-20.

Elias Carneiro Júnior
Receita Federal do Brasil

Membro titular 2 (mandato de 2 anos)

Foi Analista da Receita Federal, Assessor Administrativo da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, Fiscal Tributário do Município de Santos e desde 1994 é Auditor Fiscal da Receita Federal. Bacharel em Ciências Econômicas e Jurídicas com especialização em direito tributário. Foi Conselheiro Fiscal Nacional do Unafisco



Sindical e atualmente é Presidente da Delegacia Sindical do Sindifisco em Santos SP, respondendo pela Comissão Nacional de Orçamento do Sindicato.

Mário Pereira de Pinho Filho
Receita Federal do Brasil

Membro suplente 2 (mandato de 2 anos)

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.



Leandro de Oliveira Vicente
Receita Federal do Brasil

Membro titular 3 (mandato de 2 anos)

Analista tributário da Receita Federal do Brasil, lotado na cidade de Foz do Iguaçu-PR, formado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina no Paraná.



Victor Pessanha Gonçalves
Agência Nacional de Petróleo

Membro suplente 3 (mandato de 2 anos)

É Especialista em Regulação da ANP, lotado na Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos. Trabalhou na ANAC, mesmo cargo, na Gerência de Análise de Mercados Internacionais. Graduiu-se em Economia na Université de Montréal. Atuou em instituições financeiras brasileiras e canadenses no segmento de clientes de alta



renda como também na área de análise de fundos de investimento. Possui certificação profissional da ANBIMA e do Instituto Canadense de Valores Mobiliários.